

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.596.290 - SP (2019/0297997-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
EMBARGANTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADOS : DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA - SP017513
AUREANE RODRIGUES DA SILVA PINESE - SP111960
ARQUIMEDES TINTORI NETO - SP183032
CARLOS AUGUSTO LEITAO DE OLIVEIRA - SP272411
EMBARGADO : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A., contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheceu** do Agravo para **conhecer parcialmente** do Recurso Especial, e nessa parte, **negar-lhe provimento** (fls. 1.535/1.550e).

Em suas razões, alega a embargante o seguinte:

(i) "4 - De outra parte, ante a existência de interpretações divergentes dadas por tribunais diversos acerca da aplicação do artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, o Recurso Especial também foi manejado com supedâneo no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF, a fim de que esse Egrégio Sodalício uniformize a interpretação no que tange a aplicação do dispositivo de lei federal suscitado" (fl. 1.554e); (ii) "ao deixar de reconhecer a alegada infringência ao artigo 535 do CPC/1973, o V. Acórdão Embargado incorreu em omissão, a qual deverá ser sanada por essa C. Turma c, ato contínuo, os autos deverão ser restituídos ao Eg. Tribunal Regional de origem para que estas questões alinhadas cm sede de Embargos de Declaração sejam efetivamente apreciadas (fl. 1.561e); (iii) "não merece prosperar o entendimento prolatado pela Ilustre Ministra Relatora de que o V. Acórdão Recorrido está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto à aplicabilidade do Decreto nº 20.910/1932 para regulamentação do prazo prescricional da pretensão de ressarcimento ao SUS" (fl. 1.566e); (iv) "34 - Desta forma, através da 'valoração' das provas constantes dos autos, a exemplo da comparação dos preços praticados pela Tabela do SUS e pela TUNEP para os mesmos procedimentos constantes no Anexo da Resolução Normativa RN 240, de 03/12/2010, é que se poderá constatar a abusividade dos valores cobrados pela TUNEP. 35 Assim, tem-se que o V. Acórdão Recorrido não se ateve à manifesta

necessidade de prestigiar o disposto no § 8º do artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 na remuneração do ressarcimento ao SUS" (fl. 1.568e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, uma vez que o Recurso Especial não foi manejado pela alínea **c**, tendo sido interposto apenas pela alínea **a** do permissivo constitucional, consoante expressamente requerido pela parte recorrente às fls. 1.232e e 1.268e, não havendo qualquer desenvolvimento recursal quanto à dissídio jurisprudencial.

Ademais, quanto à suposta violação do art. 535 do CPC/73, importa considerar que a parte recorrente opôs Embargos Declaratórios (fls. 1.187/1.190e), na origem, alegando basicamente omissão quanto à extensão da decisão proferida na ADIN 1931-8/DF; contradição pela aplicabilidade da prescrição trienal e quanto à aplicação dos honorários advocatícios e ao excesso de cobrança promovido pela tabela TUNEP.

Os Embargos Declaratórios foram rejeitados ao argumento de ausência de omissão ou contradição, assim se manifestando a Corte local:

"Nesse passo, cumpre esclarecer que o C. STF decidiu, quando do julgamento da ADI 1931 MC/DF, da Relatoria do Exmo. Ministro Maurício Corrêa, pela constitucionalidade do artigo 32 da Lei nº 9.656/98, a qual, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44/01, impõe às sociedades operadoras de serviços de saúde o ressarcimento ao SUS das despesas geradas por usuários de seus planos privados:
(...)

Assim, o contrato celebrado pelo consumidor com a operadora de plano de saúde acarreta para esta última a obrigação de arcar com as despesas oriundas da relação contratual. Logo, quando a entidade privada não suprir as necessidades do indivíduo contratante, obriga-se a ressarcir aquele que prestar o serviço em seu nome, sob pena de enriquecimento sem causa e geração de custos à sociedade, estranha

ao contrato, em afronta ao disposto no artigo 199, § 2º, da Constituição Federal.

Daí porque, à evidência, restam afastados os argumentos acerca da inconstitucionalidade do art. 32 da Lei nº 9.656/98 por necessidade de edição de lei complementar, por violação ao caráter suplementar da participação das operadoras privadas de plano de saúde ou por violação à livre iniciativa.

Da mesma maneira, não se afigura violação aos princípios do contraditório e ampla defesa nas resoluções mencionadas pela recorrente. O procedimento que rege a cobrança, no âmbito administrativo, é levada a cabo após a apreciação definitiva dos recursos apresentados pelos interessados, a quem é oferecida oportunidade de impugnação ampla.

Também descabida a tese de que os hospitais do SUS estão fora da cobertura contratual, visto que a finalidade do instituto é justamente o ressarcimento do erário que o SUS atender pacientes beneficiários de planos de saúde privados.

(...)

Quanto à aplicação da Tabela TUNEP, nos termos da jurisprudência uníssona desta E. Corte, não se verifica nela qualquer ilegalidade, tendo sido implementada pela ANS por conta de seu poder regulatório, nos termos dos §§ 1º e 8º do art. 32 da Lei nº 9.656/98.

(...)

Por fim, quanto aos honorários advocatícios, destaco que não se pode desconsiderar os valores em que havia litispendência para definição do montante, visto que também nesta parte sucumbiu a autora.

Com o reconhecimento da prescrição que atinge valor de apenas R\$ 3.406,66 (fls. 03 e conforme CD) e considerado o valor total do pedido, de R\$ 92.392,49 (fls. 142), é de se reconhecer que a parte requerida decaiu em parte mínima do pedido e, nos termos do parágrafo único do art. 21 do CPC/73, bem como a razoável complexidade da demanda, que envolve a análise de questões probatórias e de direito, bem como o grau de zelo do profissional e a natureza da causa, observo que a fixação de honorários advocatícios em 10% do valor da causa se mostra adequado, conforme a regra prevista nos §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil de 1973, aplicável à espécie, razão pela qual fica mantida" (fls. 1.093/1.101e).

Assim, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Importa considerar ainda que a aplicabilidade do Decreto nº 20.910/1932

para regulamentação do prazo prescricional da pretensão de ressarcimento ao SUS, foi objeto de análise pelo acórdão recorrido (fls. 1.092/1.095e), bem como pela decisão embargada (fls. 1.542/1.545e), não sendo aplicável, na hipótese, o prazo prescricional trienal pretendido pela parte recorrente, pois esta Corte tem entendimento de que, tratando-se de dívida de natureza não tributária, a prescrição é quinquenal.

Por fim, quanto à pretendida "valoração" das provas constantes dos autos, o **decisum** embargado foi de clareza meridiana ao apontar a necessidade de incursão no acervo fático probatório dos autos, bem como necessidade de revisão das cláusulas do contrato de seguro saúde pactuado com os usuários do plano, aptos a desconstituir os fundamentos do acórdão recorrido, procedimentos vedados em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI

Superior Tribunal de Justiça

(Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região),
PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministra ASSULETE MAGALHÃES
Relatora